

## **Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade**

### **ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL EM SIGSIG – EQUADOR**

José Miguel Villagómez Páez

## **1. INTRODUÇÃO**

Como produto da criação e ampliação das pequenas e médias empresas em um país, surge, assim, a geração de emprego formal, o que, por sua vez, representa um mecanismo eficiente e eficaz na redistribuição da renda de uma economia. Dessa maneira, a importância do empreendedorismo e da gestão empresarial é fundamental em países que apresentam elevadas taxas de desemprego e presença de fortes níveis de desigualdade social causadas pela concentração da renda em poucos agentes econômicos. Portanto, o empreendedorismo, e conseqüentemente a geração de emprego produzida, favorece ou facilita a diminuição do desemprego, porém vários fatores macroeconômicos são indispensáveis para alcançar esse objetivo tais como: 1) taxa de juros básica adequada para dinamizar o investimento produtivo, e, por conseqüente, permitir a criação e/ou ampliação de vagas de emprego; 2) inflação baixa e controlada o que permite ao pequeno, mediano ou grande empresário organizar financeiramente a curto e médio prazo seu horizonte produtivo, além de oferecer um cenário de estabilidade econômica; 3) tipo de câmbio competitivo para que os empresários e seus produtos ou serviços produzidos possam competir tanto interna quanto externamente frente à concorrência estrangeira. Como nota para o leitor, é importante indicar que o sistema econômico equatoriano adotou o dólar norte americano como moeda oficial desde 1999 e, por esse motivo, a utilização de política econômica monetária e cambial é inexistente como mecanismo de ajuste macroeconômico.

No caso equatoriano, as pequenas e médias empresas representam o 99.8% do total das firmas registradas no país, além de ser responsável por 75% das fontes de emprego segundo publicação do jornal equatoriano “El Telégrafo” do dia 02 de dezembro de 2013. Esta estatística mostra a importância do setor real da economia no desenvolvimento

econômico e produtivo do Equador, embora o conjunto produtivo esteja constituído majoritariamente por pequenas e médias empresas. No entanto, ações articuladas, tanto do setor privado, quanto do setor público equatoriano são requeridas para atingir patamares superiores de competitividade e produtividade como requisito para incorporar maior valor agregado na produção nacional, o que favorecerá o aumento das exportações de bens ou serviços, e a satisfação da demanda interna por ditos bens e serviços.

Faz parte das pequenas e médias empresas no Equador o segmento artesanal dedicado à produção e comercialização de chapéus de palha toquilla, conhecidos internacionalmente como “Chapéu de Panamá”, mas que no ano 2012 o seu tecido tradicional orgulhosamente elaborado no Equador foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. O reconhecimento coloca esse valioso produto artesanal dentro da representatividade equatoriana no mundo, além de valorizar e resgatar a produção artesanal, dentro uma perspectiva cultural, identifica as varias regiões produtivas do Equador. A existência artesanal desse segmento produtivo é relevante, pois é um dos vários casos de desenvolvimento sustentável local encontrados no Equador, sendo esse o objeto de análise deste artigo.

O presente artigo é composto por quatro seções, as quais estão distribuídas da seguinte maneira: 1) introdução; 2) revisão da literatura sobre desenvolvimento sustentável local; 3) produção artesanal dos chapéus de palha toquilla como caso de desenvolvimento sustentável local localizado em Sigsig - Equador; e 4) conclusões.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL**

Existe abundante literatura sobre a importância do desenvolvimento sustentável local no bem-estar dos territórios que não fazem parte da economia industrial moderna. Pode-se observar que, dentro das últimas três décadas, a ideologia do neoliberalismo invadiu a administração pública dos países em desenvolvimento com promessas de aumentar a riqueza monetária, diminuir o desemprego e a miséria, mas o que aconteceu foi o contrário. Dessa forma, como produto do distanciamento entre pobres e ricos, ou seja, da

presença de uma brecha social cada vez maior, a miséria, a fome o desemprego e a falta de esperança foi o denominador comum dos países em desenvolvimento, principalmente, daqueles países que fazem parte da América Latina.

Os organismos multilaterais mundiais “imparciais” tais como FMI, OMC, Banco Mundial, receitaram vários mecanismos pelos quais os países em desenvolvimento poderiam atingir patamares de crescimento econômico superiores, embora suas receitas prejudicassem ainda mais a crise econômica, política e social que se vive na América Latina desde os anos 80, conhecida como a década perdida. Não pretendo realizar uma análise pormenorizada de temas relacionados à situação política, econômica e social pela qual atravessaram os países latino americanos, pois isso demandaria pesquisas e esforços adicionais, estando fora do foco deste artigo. No entanto, considero importante colocar este antecedente para compreender o surgimento e a importância do desenvolvimento sustentável local.

A condição de desigualdade econômica e social em territórios menos desenvolvidos permitiu o surgimento, como mecanismo característico do desenvolvimento local, do espírito empreendedor dos indivíduos pertencentes a esses territórios, razão pela qual eles foram motivados a empreender associativamente em atividades produtivas com o objetivo de satisfazer suas necessidades. Essa medida foi a alternativa para mitigar a migração interna aos polos industriais localizados nas grandes cidades em condições desvantajosas, visto de uma perspectiva de mão de obra qualificada.

[...] As políticas de desenvolvimento endógeno nem sempre atingem seu objetivo de gerar processos de desenvolvimento econômico auto-sustentado, na medida em que o impulso inicial sofre “vazamentos”, reduzindo assim, a capacidade difusora dos investimentos externos. Tudo isso leva a um desenvolvimento mal-sucedido nas áreas atrasadas, nem tanto porque está sendo fomentado um modelo de crescimento alheio a seu entorno e muito mais porque não é aproveitado o potencial local de crescimento,

ocorrendo a exportação dos recursos para as áreas mais desenvolvidas. (VÁSQUEZ, 2001, p. 184)

Visto de uma óptica de desenvolvimento local, surgiram as políticas de desenvolvimento de “baixo para cima”, o que representa o envolvimento de cidadãos e cidadãos organizados localmente com propostas locais para procurar melhores condições socioeconômicas em resposta à ineficaz intervenção Estatal que, mediante suas políticas públicas de “cima para baixo”, unicamente produzia intentos falidos na tentativa de redistribuir a riqueza que foi se concentrando ao longo do tempo nas grandes cidades. Essas políticas de “cima para baixo” falharam, pois no momento de serem formuladas não eram consideradas as condições específicas de cada território carente de bem-estar.

No decorrer das últimas décadas, ocorreu uma significativa mudança na política de desenvolvimento regional. De forma progressiva, vêm perdendo força as assim chamadas políticas de “cima para baixo”, seguidas pelas administrações centrais do Estado e que buscam promover a redistribuição espacial da atividade econômica e a redução das diferenças regionais nos níveis de renda per capita. Ao mesmo tempo, vem ganhando ímpeto a abordagem conhecida como de “baixo para cima”, formada por políticas propostas e administradas pelos governos locais e regionais e que procuram assegurar o desenvolvimento econômico de cidades e regiões. (VÁSQUEZ, 2001, p. 181)

No entanto, para produzir o desenvolvimento sustentável local num território específico, precisa-se, tanto do aproveitamento do potencial e das capacidades dos recursos humanos, quanto da sua capacidade empresarial e produtiva. Em outras palavras, observa-se a importância do denominado “capital social” como um dos fatores fundamentais, que através do empreendedorismo, permite atingir o patamar socioeconômico almejado. Em breve irei esclarecer sobre o capital social, mas considero necessário neste ponto fazer referência ao “desenvolvimento como expansão das capacidades” colocadas por Amartya

Sen. O autor indica que o progresso produtivo e, conseqüentemente, o crescimento econômico é um meio, mas não o fim em si mesmo, dessa maneira, o fim deveria ser considerado como a qualidade de vida humana. Amartya Sen considera que “o desafio do desenvolvimento humano não pode ser plenamente compreendido sem que nós prestemos atenção deliberada ao aumento das liberdades e capacidades de realização que são mais importantes nas vidas que podemos viver” (SEN, 2000, p. 333). Por outro lado, o autor faz referência aos indicadores econômicos positivos atingidos por vários países (PIB per capita), mas ele conclui que nem sempre um indicador macroeconômico reflete a alarmante realidade social que vive uma grande proporção dos habitantes, ou seja, o desenvolvimento econômico nem sempre reflete o desenvolvimento humano que deveria existir.

Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia, no seu livro “Desenvolvimento como liberdade”, afirma que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais de que desfrutam as pessoas. Esse enfoque mais amplo requer: “que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistêmica, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência dos estados repressivos. (SEN, 2000, p. 18; apud LAHORGUE, 2004, p. 21-22)

Por outro lado, o “Capital Social”, que anteriormente mencionei, é um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento sustentável local. Devido à ausência ou pela má aplicação de políticas públicas governamentais, pode-se considerar que tenha surgido como proposta autônoma dos setores sociais a participação inclusiva dos indivíduos como uma comunidade economicamente desamparada, mas com base no capital social que configura a confiança, o compromisso popular, o cooperativismo e o caráter empreendedor coletivo, surge a gestão microempresarial produtiva. Pelo anteriormente exposto, é possível comprovar empiricamente a viabilidade do desenvolvimento econômico de um território e que, posteriormente, como produto desse desenvolvimento econômico atingido, aparece o

desenvolvimento humano que foi indicado por Amartya Sen no “Desenvolvimento como Expansão das Capacidades”.

Segundo Martins (2003, p. 433) indica-se “O Estado pode valer-se do capital social em estratégias de superação da pobreza, de desenvolvimento local e de ‘empoderamento’ de segmentos sociais excluídos, estendendo e ampliando as redes sociais”. A ampliação dessas redes sociais pode ser interpretada como a participação das organizações sociais no âmbito político desde que o Estado, institucionalmente, favoreça a abertura para dita participação. Deve ser considerado que os direitos constitucionais em democracia promovem o envolvimento político de organizações sociais que lutam por melhores condições socioeconômicas para eles e para suas famílias, embora seja necessário respeitar suas identidades culturais coletivas, além de suas propostas locais de desenvolvimento (de baixo para cima).

Seria utópica a existência de uma teoria geral de desenvolvimento local, pois os diversos processos históricos pelos quais atravessaram os diferentes territórios que hoje conformam um Estado – Nação deixaram como herança uma variedade gigantesca de idiosincrasias ou modos de ser e que atualmente fazem parte da característica inata de cada grupo social. Por essa razão as intervenções Estatais, através da aplicação de políticas públicas de desenvolvimento formuladas centralizadamente não solucionam as necessidades socioeconômicas desejadas territorialmente pelo coletivo social, e nem o acesso á cosmovisão local de desenvolvimento humano.

É importante salientar que as ações Estatais, através de políticas públicas regionais ou setoriais, devem ser articuladas às políticas locais dos setores sociais em questão, pois estaria sendo consideradas as peculiaridades culturais próprias de cada território. Dessa maneira existiria coerência e resultados exitosos na aplicação de políticas tanto de “cima para baixo” como de “baixo para cima” na procura comum do desenvolvimento sustentável local.

Relações puramente de mercado mostram-se incapazes de estimular a interação entre os diferentes agentes, bem como o compartilhamento de informações e conhecimentos requeridos no processo de inovação e

aprendizado. São justamente os comportamentos associados ao capital social – confiança, compromisso com outros, redes e valores compartilhados – que contribuem para os processos de inovação e de aprendizado interativos, de criação e de intercâmbio de conhecimentos e habilidades. (MARTINS, 2003, p. 430)

Em termos de benefícios de capital social, é incluída a troca de informação e de experiências enriquecedoras dentro de todo o coletivo territorial. Esse fator gera um entorno empreendedor amigável, o que torna tanto a inovação, quanto as capacidades criativas dos indivíduos, em potenciais núcleos produtivos empresariais (pequenas ou médias empresas). Um fator positivo, que deve ser considerado no surgimento das pequenas e médias empresas como resultado do desenvolvimento sustentável local, é seu poder coletivo no momento de atuar organizacionalmente na tomada de decisões, além da sobrevivência empresarial frente às vicissitudes dos mercados dinâmicos. “Estudos teóricos e empíricos demonstram que, em aglomerações produtivas, as empresas, especialmente as de micro e pequeno portes, têm mais condições de sobreviver de modo competitivo e sustentado, o que propicia o desenvolvimento sócio-econômico local.” (MARTINS, 2003, p. 431).

Além disso, é possível mencionar que a geração de emprego pelas pequenas e médias empresas constitui, por si só, o maior fator positivo. Por outro lado, fatores tais como a falta de produtividade e de competitividade são a maior debilidade das pequenas e médias empresas locais que surgiram como produto do desenvolvimento sustentável local. A produtividade e competitividade são mecanismos empresariais fundamentais para sobreviver no modo de produção capitalista globalizado. O investimento Estatal em infraestrutura (estradas, portos, aeroportos, telecomunicações, educação) facilita, ainda que parcialmente, esses ganhos desejados de produtividade e competitividade nas empresas.

Segundo Vásquez (2001, p. 198) “[...] a questão a resolver é a de como conseguir que as econômicas locais passem a estar mais integradas à economia internacional e como fazer com que seus sistemas produtivos se tornem mais competitivos. A solução passa pela reestruturação do sistema econômico e pelo ajuste do modelo institucional, cultural e social

de cada território às mudanças do entorno e da concorrência.”. A parceria estatal deveria refletir-se justamente através de políticas públicas voltadas aos pequenos e médios empreendimentos territoriais em matéria de acesso a financiamento formal e tecnologia adequada, capacitações tanto em áreas técnicas específicas quanto em gestão administrativa (e-business, comércio eletrônico, tributação, uso de novas tecnologias, entre outros), divulgação dos produtos ou serviços através de feiras nacionais e internacionais. Dessa maneira, é possível integrar os empreendimentos territoriais à economia nacional.

Os arranjos produtivos locais como estratégia adicional para o desenvolvimento sustentável local estão compostos pela participação de institutos de pesquisa e universidades em trabalho conjunto com os empreendimentos empresariais territoriais. A sinergia gerada através dessas parcerias estratégicas público-privadas permite aos empreendimentos empresariais territoriais a aprendizagem e aplicação de novos e mais eficientes métodos produtivos gerados através de processos científico-tecnológicos.

Especialmente no caso dos chamados arranjos produtivos locais, que envolvem não apenas empresas, como também outros atores – organismos governamentais, associações, instituições de pesquisa, educação e treinamento, entre outros. Este tipo de aglomeração favorece ambientes ricos e dinâmicos de aprendizagem coletiva, assim como de geração e difusão de conhecimentos e inovações, no âmbito de processos de interação e de articulação entre os agentes que ali se situam. (ALBAGLI, 2002 apud MARTINS, 2003, p. 430)

O maior impedimento que os empreendimentos territoriais de pequeno ou médio tamanho possuem é a escassez de capital produtivo, conseqüentemente “[...] as pequenas empresas não dispõem de ativos complementares necessários para explorar inovações em mercado de produção em massa e têm maiores dificuldades de obter resultados de suas inovações [...]” (LASTRES, 1999, p. 63). É comum que o sistema bancário privado considere aos empreendimentos comunitários inovadores dentro da categoria de “elevado



risco creditício”<sup>1</sup>, negando dessa maneira o crédito produtivo para empreendimentos comunitários que favoreceriam o desenvolvimento sustentável local. Por outro lado, a cobertura e alcance de créditos dirigidos a empreendimentos comunitários deve ser suprida pela complementaridade entre cooperativas de crédito, bancos comunais, caixas solidárias e a banca estatal. No caso equatoriano, essas instituições financeiras, a exceção da banca estatal, são consideradas constitucionalmente como o Setor Financeiro Popular e Solidário e regulamentadas pela “Ley de Economía Popular y Solidaria Del Ecuador”.

As cooperativas de crédito, bancos comunais e caixas solidárias têm como função social a democratização creditícia negada pelo sistema bancário privado a empreendimentos comunitários com potencialidade para ser sustentáveis no longo prazo e que gerarão localmente postos de emprego. O fluxo financeiro das cooperativas de crédito deriva-se das próprias poupanças daqueles empreendimentos comunitários que iniciaram suas atividades produtivas e obtiram resultados econômicos positivos. “A cooperativa de crédito é a sistematização de ajuda mútua”. (MELLO, 2006, p.22).

Cita-se a continuação o artigo 283 da atual Constituição Equatoriana sobre o sistema econômico e política econômica:

Art. 283. - El sistema económico es social y solidario; reconoce al ser humano como sujeto y fin; propende a una relación dinámica y equilibrada entre sociedad, Estado y mercado, en armonía con la

---

<sup>1</sup> Os fatores que os bancos comerciais analisam para conceder crédito a seus clientes são: garantias tangíveis, estabilidade laboral, referências comerciais e bancárias, idade, nível de estudos, ativos, passivos e patrimônio. Desta maneira, pode se entender porque os bancos privados não consideram como mercado objetivo a empreendimentos comunitários rurais ou urbano-marginais, pois na maioria dos casos os integrantes desses empreendimentos comunitários não cumprem os parâmetros estabelecidos pelas políticas creditícias desses bancos comerciais. Assim, explicitamente, observa-se que o core business dos bancos comerciais é a maximização do lucro, apesar de que sua importante função no mercado da intermediação financeira facilitaria, no âmbito social, o desenvolvimento sustentável daqueles territórios menos favorecidos se o fator bancário para conceder crédito para esses empreendimentos comunitários fosse acreditar nas pessoas e suas ideias.

naturaleza; y tiene por objetivo garantizar la producción y reproducción de las condiciones materiales e inmateriales que posibiliten el buen vivir.

### **3. - PRODUÇÃO ARTESANAL DOS CHAPÉUS DE PALHA TOQUILLA COMO CASO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL LOCALIZADO EM SIGSIG – EQUADOR**

Antes de analisar a produção artesanal do Chapéu de Palha “Toquilla” como caso de desenvolvimento sustentável local localizado em Sigsig – Equador, pretendo desmitificar o lugar de procedência do mundialmente chamado “Chapéu de Panamá”, pois o nome com que internacionalmente o chapéu de palha toquilla é conhecido não representa seu verdadeiro lugar de produção.

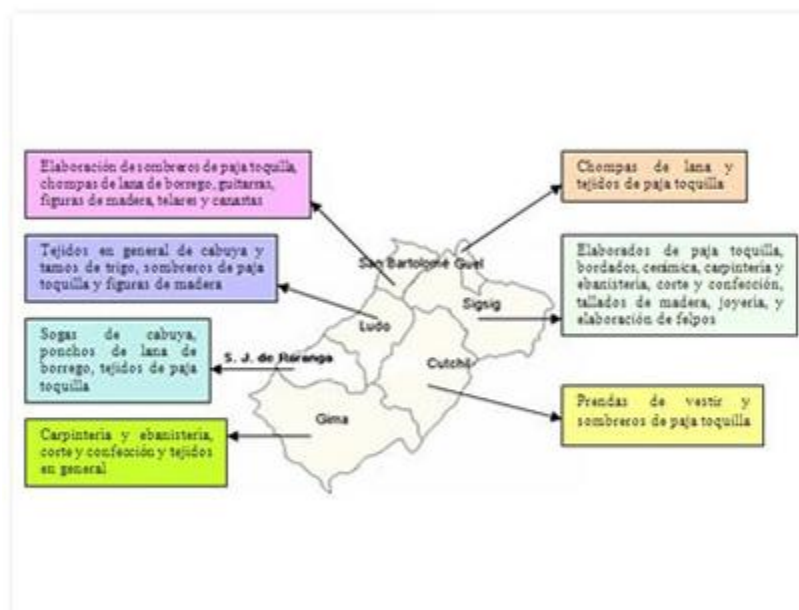
Segundo informação publicada pelo Ministério de Turismo do Equador, os registros históricos indicam que a errada apropriação do nome Chapéu de Panamá deve-se à utilização dele pelos aproximadamente 50.000 obreiros que trabalharam na construção do Canal de Panamá. A intensidade do sol que sufocava aos trabalhadores causou o aumento da demanda de chapéus de palha toquilla que saíram do porto de Guayaquil com destino a Panamá, mas sua produção era feita na província de Manabí. Porém, a popularização do chapéu de palha toquilla aumentou quando o Presidente Roosevelt utilizou ele na inauguração do Canal de Panamá em 1914.

Por outro lado, é motivo de orgulho para os equatorianos que o tecido tradicional do chapéu de palha toquilla fosse reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Imaterial da Humanidade em 2012. Esse reconhecimento resgata e revaloriza a tradição cultural da produção artesanal equatoriana.

A elaboração do chapéu é realizada em algumas cidades do Equador, no entanto, o caso da análise foca-se na produção realizada em Sigsig. Esta pequena cidade localizada na serra central do Equador é composta por seis municípios rurais e um município urbano. A cidade possui uma população de 24.635 habitantes, sendo majoritária a presença de

mulheres, ocasionando uma maior disponibilidade de força laboral em função do gênero segundo informações do “Gobierno Autónomo Descentralizado Municipal de Sigsig”.

Por outro lado, as principais atividades econômicas observadas pelo “Gobierno Autónomo Descentralizado Municipal de Sigsig” são a agricultura, a manufatura artesanal e serviços. A manufatura artesanal absorve o 33% da população economicamente ativa, no entanto, a renda obtida através da manufatura artesanal é complementar à renda das atividades agrícolas. As atividades de manufatura artesanal empregam 87% das mulheres, principalmente maiores de 50 anos. No entanto, a falta de acesso aos mercados para comercializar a produção artesanal, além da falta de financiamento necessário, tanto para o provisionamento dos insumos necessários no processo produtivo, quanto para a aquisição de tecnologia que permitiria ganhos de produtividade na produção, constituem as maiores debilidades que devem ser resolvidas com o apoio de políticas públicas coerentes e articuladas a necessidade desses empreendimentos comunitários localizados em Sigsig.



Fonte: <http://www.sigsig.gob.ec/>

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO PRODUTIVA EM SIGSIG

Segundo publicação do jornal Ecuavisa, se identifica a associação Maria Auxiliadora como a maior organização artesanal de chapéus de palha toquilla em Sigsig

desde 1990. No entanto, existem três associações adicionais compostas por 15.000 integrantes, tanto de homens, quanto de mulheres, responsáveis pela produção comunitária dos chapéus de palha toquilla. A produção, por ser feita artesanalmente, torna cada chapéu em um produto exclusivo cuja elaboração pode levar até oito dias. Em relação aos preços de venda, eles irão depender da fineza e qualidade do chapéu, podendo superar os 100 dólares norte americanos no mercado nacional.

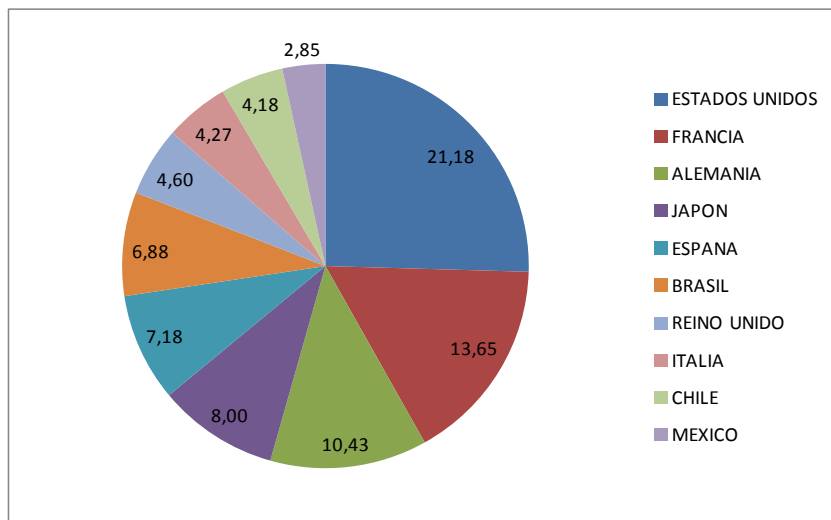
O interesse das instituições públicas em apoiar este setor produtivo inicia com a formulação de estratégias visadas ao fortalecimento da produção comunitária do tecido tradicional do chapéu de palha toquilla. A consultoria realizada pelo “Instituto Nacional de Patrimonio Cultural y Regional” do Equador permitiu analisar as vantagens e desvantagens da cadeia produtiva dos chapéus de palha toquilla. Entre as recomendações efetuadas pela consultoria, resumem se as seguintes:

- Política de defesa comercial para diminuir as importações equatorianas de chapéus;
- Divulgação do produto equatoriano no exterior;
- Integrar ao turismo interno a “Rota do Chapéu”;
- Cobertura de plano de saúde preventivo para os integrantes da cadeia produtiva;
- Crédito dirigido para o melhoramento da qualidade da matéria prima e para acesso a tecnologia;
- Programa de alfabetização dirigido aos integrantes da cadeia produtiva do chapéu;
- Assessoria aos produtores sobre administração de custos, da produção e da comercialização interna e externa;
- Capacitação sobre novos e melhores processos produtivos;
- Assessoramento sobre participação em férias nacionais e internacionais.

Por outro lado, a política do Ministério de Comércio Exterior (Pro Ecuador) visa apoiar o comércio externo de produtos e serviços equatorianos elaborados por pequenos e medianos empresários. Concretamente o “Programa Exporta País” administrado por Pro Ecuador facilita o acesso a capacitações e assistência técnica tanto das empresas de pequeno porte quanto dos atores da Economia Popular e Solidária com o objetivo de

melhorar os processos de produção e conseqüentemente aumentar a oferta exportável do Equador. Além disso, Pro Ecuador cofinancia os gastos produzidos pelos pequenos e médios exportadores na obtenção de certificações requeridas para suas mercadorias ingressarem nos mercados internacionais, além dos gastos produzidos pela participação em férias internacionais. O Banco Nacional de Fomento (Banca Estatal) oferece “créditos associativos” dirigidos a organizações devidamente constituídas no Equador.

Segundo estatísticas do Banco Central do Equador, desde 1990 até maio de 2014 tem se exportado 1.135.650,00 de toneladas de chapéus de palha toquilla por um valor de USD 42.340.440,00. Os Estados Unidos da América é o maior mercado internacional do chapéu de palha toquilla. O Brasil faz parte dos dez maiores mercados internacionais do chapéu.



Fonte: Banco Central del Ecuador. Elaboração própria

GRÁFICO 2. OS DEZ MAIORES MERCADOS INTERNACIONAIS DO CHAPÉU DE PALHA TOQUILLA (%/TOTAL FOB 1990-2014)

#### 4. CONCLUSÕES

Como produto do espírito empreendedor surge o melhoramento de produtos já existentes, a criação de novos produtos que irão satisfazer uma necessidade específica, ou novos mecanismos organizativos, que como foi colocado por Schumpeter, são resultados de revoluções inovadoras. Os empreendimentos comunitários produtivos, visto como mecanismos organizativos, constituem-se na ferramenta fundamental do desenvolvimento socioeconômico local. A geração de novos postos de emprego, principalmente em territórios economicamente menos desenvolvidos, permite a redistribuição da renda e a diminuição da desigualdade social causada pela concentração de riqueza em poucos agentes econômicos.

Citando o economista coreano Há-Joon Chang, “Quando apropriadamente projetada e implementada, a intervenção do governo pode aumentar o dinamismo econômico aumentando a oferta de insumos que os mercados não costumam fornecer com facilidade (p. ex., P&D, treinamento para os trabalhadores) [...] propiciando o espaço no qual as empresas incipientes nas indústrias “na infância” podem desenvolver a sua capacidade produtiva.” (2013, pg. 351-352). O aperfeiçoamento das capacidades e habilidades do capital humano junto com o estoque do capital e o progresso técnico são os mecanismos para atingir patamares adequados de produtividade e competitividade. Portanto, o papel do Estado através de políticas públicas locais focadas no conhecimento e melhoramento das capacidades técnicas dos recursos humanos é prioritário como estratégia de desenvolvimento endógeno. Dessa forma, a parceria entre o setor privado e o setor público, conjuntamente com os institutos de P&D e centros de ciência e tecnologia, permitirá a difusão científico-tecnológica e sua aplicação nos processos produtivos tradicionais. Esse efeito será refletido através do crescimento econômico nos territórios em questão.

Segundo Porter (1989) a vantagem que os países obtêm dependem não são dos fatores disponíveis, mas dos mecanismos institucionais que irão aperfeiçoar esses fatores. No caso equatoriano, o financiamento requerido pelos pequenos e médios empreendimentos rurais e urbano marginais é extremamente importante, no entanto, seu

acesso é limitado no sistema bancário privado. Dessa forma, institucionaliza-se constitucionalmente (2008) o Setor Financeiro Popular e Solidário que reúne as Cooperativas de Crédito, Bancos Comunais, Caixas Econômicas Solidárias como objetivo de democratizar o acesso ao crédito necessário para aquisição de matéria-prima ou de tecnologia adequada que melhorará ou aumentará a produção dos empreendimentos locais. Por outro lado, o conceito de Economia Popular e Solidária estabelecido na Constituição Equatoriana de 2008 é alheio ao conceito tradicional de economia de mercado. O objetivo da Economia Popular e Solidária é gerar relações harmônicas entre a sociedade, o Estado e o mercado, permitindo a inclusão econômica e social dos agentes econômicos e regiões menos favorecidas, além de respeitar o meio ambiente, pois ele é o espaço físico onde essas relações harmônicas entre a sociedade, o Estado e o mercado ocorrem. Além disso, a Economia Popular e Solidária implementada no Equador reconhece e valoriza o importante protagonismo das mulheres nas execuções de atividades sociais e econômicas que tradicionalmente foram associadas como exclusivas dos homens, principalmente em áreas rurais e urbano marginais nas que a predominância numérica do gênero feminino é absoluta.

O capital social representa a confiança, o compromisso popular, o cooperativismo e o caráter empreendedor coletivo que permite o surgimento da gestão microempresarial territorial. O empoderamento comunitário dos agentes econômicos na realização de atividades produtivas nas regiões menos favorecidas, visto como políticas de “baixo para cima”, produzirão o desenvolvimento como expansão das capacidades como foi colocado por Amartya Sen. De uma perspectiva de geração de autoemprego, a teoria econômica conservadora dominante não reconhece o potencial criador dos seres humanos que, através de suas ideias e iniciativas de progresso local, permitem desenvolver sustentavelmente um território. O prêmio Nobel de Economia Muhammad Yunus (2006, p. 8) coloca que:

[...] los seres humanos individuales son consumidores o trabajadores, y se ignora en lo esencial el potencial que éstos tienen como individuos autoempleados. La dicotomía teórica imperante entre empresarios y trabajadores hace caso omiso de la

creatividad y el ingenio de todo ser humano y considera el autoempleo generalizado en los países tercermundistas como un síntoma de subdesarrollo.

A produção artesanal comunitária do chapéu de palha toquilla constitui-se como um caso de desenvolvimento sustentável local encontrado no Equador. As debilidades das organizações comunitárias que produzem o chapéu de palha toquilla são a falta de acesso aos mercados para comercializar a produção artesanal e a falta de financiamento necessário, tanto para o provisionamento dos insumos necessários no processo produtivo, quanto para a aquisição de tecnologia que permitiria ganhos de produtividade na produção. Por outro lado, o compromisso popular, o cooperativismo e o caráter empreendedor coletivo (capital social) constituem as vantagens que tem permitido a redistribuição da renda, a criação de postos de emprego e a diminuição da desigualdade social em Sigsig. Porém, a renda produzida é complementar à renda obtida pelas atividades agrícolas. Essa renda tem permitido melhorar aspectos qualitativos da população envolvida na produção dos chapéus, entre eles a melhora da autoestima, principalmente de mulheres com idades avançadas, pois ao se tornar produtivas, cria-se um entorno de desenvolvimento humano, fator que no caso de análise, pode ser atingido somente através do capital social implícito na comunidade empreendedora.



## REFERÊNCIAS

ASAMBLEA CONSTITUYENTE DEL ECUADOR. **Constitución del Ecuador**. Montecristi: Asamblea Constituyente del Ecuador, 2008.

BANCO CENTRAL DEL ECUADOR, disponível em: <http://www.bce.fin.ec/index.php/sector-externo>. Acesso em: julho 2014.

CALVETE, Cássio; **O desenvolvimento local e a geração de emprego na teoria e na política econômica**, XII Encontro Nacional de Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, Editora Universitária UFPB, João Pessoa: 2011.

CHANG, Ha Joon. **23 Coisas que não nos contaram sobre o Capitalismo**. São Paulo: Editora Pensamento – Cultrix Ltda., 2013.

ECUAVISA, disponível em: <http://www.ecuavisa.com/noticias/regionales-sierra/68435-en-azuay-15-mil-personas-se-dedican-a-tejer-sombreros-de-paja-toquilla.html>. Acesso em: julho 2014.

GOBIERNO AUTÓNOMO DESCENTRALIZADO MUNICIPAL DE SIGSIG, disponível em: <http://www.sigsig.gob.ec/>. Acesso em: julho 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE PATRIMONIO CULTURAL DEL ECUADOR, disponível em: <http://www.inpc.gob.ec/noticias/2-general/695-inpc-presento-la-investigacion-de-diagnostico-socioeconomico-del-tejido-tradicional-del-sombrero-de-paja-toquilla-ecuatoriano>. Acesso em: julho 2014.

LAHORGUE, Maria Alice. **Polos, parques e incubadoras. Instrumentos de Desenvolvimento do século XXI**. Brasília: Anprotec, Sebrae, 2004.

LASTRES, H. (org.). **Globalização e inovação localizada**. Brasília: MCT, OEA, IEL/CNI, 1999.

MARTINS Helena, Cassiolato José, Maciel Maria; **Pequena Empresa. Cooperação e Desenvolvimento Local**, Relume Dumará Publicações, Rio de Janeiro: 2003.

MELLO, Claiton; STREIT, Jorge; ROVAI, Renato, **Geração de trabalho e renda, Economia Solidaria e desenvolvimento local: A contribuição da Fundação Banco do Brasil**, Editora Publisher Brasil, São Paulo: 2006.

MINISTERIO DE INCLUSIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL. **Ley Orgánica de Economía Popular y Solidaria y su Reglamento**. Quito, 2012.

MINISTERIO DE TURISMO DEL ECUADOR, disponível em: <http://www.turismo.gob.ec/por-que-el-sombrero-de-paja-toquilla-se-llama-panama-hat/>. Acesso em: julho 2014.

MONTOYA, Omar; **Schumpeter, Innovación y Determismo Tecnológico**, Scientia et Technica Año X, No 25, Agosto 2004. UTP. ISSN 0122-1701.

PORTER E. Michael, **A Vantagem Competitiva das Nações**, Editora Campus - 10ª edição, 1989.

PRO ECUADOR, disponível em: <http://www.proecuador.gob.ec/exportapais/exportapais.html>. Acesso em: julho 2014.

SEN, Amartya; **Desenvolvimento como Liberdade**, Companhia de Letras, São Paulo: 2000.

SHUMPETER A. JOSEPH, **Teoria do Desenvolvimento Econômico**, Editor Victor Civita, 1982.

VÁSQUEZ Antonio, **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**, Editor UFRGS, Porto Alegre: 2001.

YUNUS Muhammad, **El Banquero de los Pobres. Los microcréditos y la batalla contra la pobreza en el mundo** (edición revisada y actualizada por L. Morshed). Editorial Paidós Barcelona: 2006.